

O PRIMEIRO BISPADO DE JUIZ DE FORA DIANTE ASPECTOS SECULARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rosiléa Archanjo de Almeida¹

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

DOI: 10.5281/zenodo.8065991

RESUMO

Neste artigo, expomos as ações de Dom Justino José de Sant'Ana frente à ascensão da modernidade em Juiz de Fora (MG). Em 1925, o primeiro bispo da então diocese, chega à cidade permeada pela forte industrialização e pela pluralidade religiosa e cultural. Promove ações que vão reafirmar a hegemonia da Igreja Católica, e o enfrentamento aos traços seculares, vivenciados no Brasil entre o século XVII e meados do século XX. A partir desse cenário questionamos: como podemos interpretar as ações de Dom Justino em meio a uma sociedade industrializada, religiosamente plural e cultural no início do século XX? A secularização se contrapõe ao conservadorismo da Igreja, ao defender a entre tantos traços, a liberdade religiosa, ameaçando a hegemonia da instituição. Nos baseamos em pesquisa bibliográfica e na análise do conteúdo pesquisado a partir da proposta de Laurence Bardin, a partir da perspectiva quantitativa, analisando a frequência de ocorrência de determinadas construções e referências sobre o bispado em questão.

Palavras-Chave: Dom Justino; Ações Episcopais; Secularismo; Juiz de Fora.

ABSTRACT

In this article, we expose the actions of Dom Justino José de Sant'Ana in the face of the rise of modernity in Juiz de Fora (MG). In 1925, the first bishop of the then diocese arrived in the city permeated by strong industrialization and religious and cultural plurality. It promotes actions that will reaffirm the hegemony of the Catholic Church, and the confrontation with secular traits, experienced in Brazil between the 17th century and the middle of the 20th century. Based on this scenario, we question: how can we interpret Dom Justino's actions in the midst of an industrialized, religiously plural and cultural society at the beginning of the 20th century? Secularization is opposed to the conservatism of the Church, by defending, among so many features, religious freedom, threatening the hegemony of the institution. We are based on bibliographical research and on the analysis of the researched content from the proposal of Laurence Bardin, from the quantitative perspective, analyzing the frequency of occurrence of certain constructions and references about the bishopric in question.

Key words: Don Justino; Episcopal Actions; Secularism; Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

Exibimos neste artigo um apanhado histórico-analítico com foco na atuação do primeiro bispo de Juiz de Fora (MG), Dom Justino José de Sant'Ana, entre os anos de 1925 a 1958, através de suas ações episcopais na diocese mineira. Nosso

objetivo é expor as ações promovidas por Dom Justino em Juiz de Fora, sede da região eclesial, numa época em que traços seculares permeavam a cidade, pluralmente cultural, religiosa, e com ascensão industrial. Apresentamos como objetivos específicos, o panorama local onde está inserido o catolicismo juntamente com outras denominações, expomos a relevância social desta religião para a cidade e apresentamos o bispado Juiz de Fora como forma de exemplo, no que tange a relação com o cenário urbano, em relação a outros centros do país.

Partimos do seguinte questionamento: como interpretar as ações episcopais de Dom Justino em meio a uma sociedade industrializada, religiosamente plural e cultural no contexto do início do século XX?

Diversos autores já abordaram o tema da secularização e sua aplicação na esfera pública e religiosa, como demonstra Paula Montero:

[...] os processos de secularização podem ser pensados como produto do próprio trabalho religioso: alguns estudos [...], têm chamado nossa atenção para a profissionalização dos agentes religiosos em política pública. Também a transformação da compreensão internacional do que são os direitos democráticos têm incorporado as religiões ao campo dos direitos específicos a serem respeitados. Finalmente, quando se desloca o foco de observação dos fenômenos religiosos das instituições para as práticas, percebe-se um descompasso entre os modelos teóricos fundados nos comportamentos e nas crenças e aquilo que efetivamente fazem os indivíduos (MONTERO, 2012, p. 170).

Em relação ao catolicismo em Juiz de Fora, tomamos como referencial para esta análise, os autores Riolando Azzi, Mabel Salgado Pereira e Cônego Maximiliano de Oliveira que retrataram fragmentos do recorte temporal analisado em nosso artigo. Eles apresentam a Romanização, e traços do episcopado de Dom Justino. Segundo esses autores, Dom Justino tinha como intento, que a Igreja estivesse mais próxima da sociedade, objetivando a recuperação de sua autoridade frente à secularização, o episcopo então, promove várias ações. É justificável o retorno a este tema, pois temos o intuito de acrescentar questionamentos e opiniões equivalentes, ou até mesmo diferentes das já pesquisadas acerca da discussão sobre secularização e seus aspectos na sociedade juiz-forana, servindo como mais uma fonte a ser pesquisada.

Iniciamos nosso texto apresentando as características do movimento secular, que terá seus aspectos presentes no panorama sociocultural e político de Juiz de

Fora na época da posse de seu primeiro Bispo. Apresentamos brevemente como foi seu sacerdócio em Canavieiras (BA), sua chegada à cidade, e por fim, como suas ações foram incorporadas à tal sociedade pluralista.

1. O PROBLEMA DA RELIGIÃO NA MODERNIDADE

O século XVII marcou a filosofia e a sociologia a partir de máximas funcionalistas que colocavam em dúvida a função da religião para a sociedade. Tal questionamento originou crise na religião no mundo moderno. Este período conhecido por secularização, conforme Peter Berger (1985), é “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (BERGER, 1985, p. 119). A modernidade secularista, “processo histórico cultural complexo de transformação de mentalidades no Ocidente” (ZILLES, 1993, p. 10) até meados do século XX, é perpassada por aspectos iluministas do racionalismo, que oferecia ao indivíduo a oportunidade de escolha, algo que o afastaria das instituições religiosas. A respeito dessa modernidade na história do ocidente, Berger (1985) aponta que

a secularização manifesta-se na retirada das igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle e influência: separação da igreja e do Estado, expropriação das terras da igreja, ou emancipação da educação, do poder, eclesiástico, por exemplo. Quando falamos de cultura e símbolos, todavia, afirmamos implicitamente que a secularização é mais que um processo sócio estrutural. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos, nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo (BERGER, 1985, p. 119).

A “crise de credibilidade” na religião proporcionou um colapso de plausibilidade, ou seja, “a plausibilidade das definições religiosas tradicionais da realidade é posta em questão por pessoas comuns sem nenhum conhecimento ou mesmo interesse por teologia” (BERGER, 1985, p. 165). Ao separar a Igreja do Estado, a política estatal se solidificou distinguindo-se da linguagem religiosa e acentuando o declínio da mística e da fé humana.

Seguindo este raciocínio, Bonhoeffer (2003) acreditamos, que a partir da sua independência na consciência e na cultura o homem passou a ter liberdade diante de Deus. Em relação à autonomia humana Altizer e J. Hamilton (1967) afirmam que

“o ser humano se tornou criador de si mesmo” (ALTIZER; HAMILTON, p. 156). Para o filósofo Sören Kierkgaard, o conhecimento moderno é considerado objetivante. Fundamentado na dialética da fé:

conhecer objetivamente significa existir objetivamente, coisa que se opõe ao conceito de subjetivismo ou fé na opinião de por exemplo, Kierkgaard, com o aparecimento do conhecimento objetivo, a realidade surgiu como uma ordem objetiva e Deus foi banido do mundo real (ALTIZER; HAMILTON, 1967, p. 122).

Podemos observar a inquietação de Bonhoeffer (2003) quanto ao uso que fazemos do “Deus do além”, um “deus ex machina” que pode ser acessado quando nossas falhas se perpetuam em um mundo que tem consciência de si.

Sabemos que a secularização e suas consequências abriram um caminho para a teologia radical (BONHOEFER, 2003), sugerindo um anúncio da “morte de Deus”, onde “fica evidente que tudo funciona sem Deus” (BONHOEFER, 2003, p. 435). Tal “morte”, para o filósofo Nietzsche (s.d) tem o homem como seu principal causador: “[...] Deus morreu! Deus continua morto! E fomos nós que o matamos!” (NIETZSCHE, s.d, p. 129).

Como resposta do cristianismo à “morte de Deus”, Rubem Alves (1984) questiona a existência de desse “Ser Supremo” na modernidade, a partir do sentimento de limitação imposto pelo mundo. Para Alves (1984), Deus está morto pela falta de relação entre o homem e o transcendente, sendo este um problema antropológico. Assim, o autor acredita que “somos levados ao paradoxo de que a ausência de Deus é a única forma de sua presença e sua morte, a única expressão de sua vida. Crer em Deus é viver como se Deus não existisse!” (ALVES, 1984, p. 31).

Com o Estado mais forte, as políticas tomaram a cena e se distinguiram da linguagem religiosa, estabelecendo o declínio da mística e da fé e colocando em ascensão a razão.

A modernidade secularista, produto de mudanças incitadas pela ciência e pela tecnologia, foi caracterizada pelo anti-sincretismo, com aspectos iluministas da “razão”, oferecendo ao indivíduo a oportunidade de escolha, algo que o afastaria da religião.

Em relação ao pluralismo religioso no Brasil, sabemos de sua presença desde a gênese brasileira. No período colonial com os índios e católicos, na sequência com a inserção dos africanos, e mais recentemente com as denominações protestantes,

do oriente e dos neopentecostais. A Igreja Católica encontrou maior rivalidade no campo religioso com o aumento de tais denominações pois mesmo em anos passados, tais religiões não ofereciam grande ameaça, dada a hegemonia católica. Entretanto, após a secularização, as fronteiras religiosas tornaram-se cada vez mais tênues. “Pode-se observar um deslocamento importante na alocação política da Igreja Católica que ‘aceitou desengajar-se da sociedade propriamente política’ e passou a centrar-se na sociedade civil (MONTERO, 2018, p. 12). Acrescentamos a isso a possibilidade de o fiel não ter pertencimento institucional, mas manter a sua fé individual no transcendente. Segundo Alfred Stepan (apud MONTERO, 2018, p. 12), “acompanhando o declínio do anticlericalismo na Europa, a Igreja Católica cessara de buscar o controle da sociedade por meio de sua volta ao aparato do Estado”

O declínio das instituições religiosas no Brasil, assim como em outros países, provém principalmente do ideal de modernidade, que baseou a teoria da secularização. No âmbito de relação Igreja e Estado, Jürgen Habermas propõe um filtro institucional, para que as pautas religiosas não atinjam diretamente a política.

A partir desse cenário, chamamos a atenção para uma crescente individualização de grupos religiosos no processo de homogeneização da secularização. Com o crescimento e fortalecimento de instituições religiosas neotradicionais, também advém o processo de desinstitucionalização da identidade religiosa, isto é, estão ocorrendo trocas entre valores culturais e os indivíduos reagem de formas distintas.

As pessoas firmemente enraizadas numa tradição podem permitir-se uma certa margem de tolerância em relação àqueles que não partilham a tradição. Os neotradicionalistas não conseguem permitir esta tolerância. Para eles, a tradição não é simplesmente dada, eles a escolheram – não podem esquecer isto (BERGER, 2017, p. 35).

Se por um lado, o conceito de secularização ganhou o espaço favorável nas pesquisas e foi consolidado, mais recentemente, o próprio Berger (2000) desconstruiu a ideia de secularização, afirmando que o mundo

é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares. Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de ‘teoria da secularização’ está essencialmente equivocada. [...] Com certeza, a

modernização teve alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que em outros. Mas ela também provocou o surgimento de poderosos movimentos de contrasecularização. Além disso, a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual (BERGER, 2000, p. 10).

Para Berger (2000), algumas instituições religiosas perderam poder e influência contudo, as crenças e práticas religiosas permaneceram na vida dos indivíduos, a partir de novas formas institucionais e levando às explosões de fervor religioso.

2. O CENÁRIO LOCAL ANTES DA CHEGADA DO PRIMEIRO BISPO

Tomamos o catolicismo como núcleo deste trabalho, por ser a principal religião presente na composição histórica e social do município, que a partir da devoção de seus fiéis nomeou o antigo arraial de Santo Antônio do Parahybuna, também conhecido popularmente por Morro da Boiada, onde se ergueu a primeira capela da região em honra a Santo Antônio de Pádua, e mais tarde, em 1850, se emancipou sob a alcunha de Juiz de Fora (ARQUIDIOCESE, 2011).

A presença da Igreja em Juiz de Fora é apresentada no documento local mais antigo, que se encontra no Arquivo Municipal, datado do ano de 1741 (ÁLBUM, 1996). Tal escrita faz referência ao pedido de construção da capela primária, remetida pelo luso-espanhol Antônio Vidal à Diocese do Rio de Janeiro, reforçando também a importância do culto aos santos na implantação da fé católica na região. A hierarquia da Igreja Católica de Juiz de Fora, antes da chegada do primeiro Bispo era subordinada à Diocese de Mariana, onde Dom Antônio Ferreira Viçoso seguia as diretrizes da Romanização Católica¹ (PEREIRA, 2002).

Como traços seculares, a conjuntura da cidade nos apresenta a criação de vias locais de relevância no traçado urbano, além da implantação de rodovias e da iluminação pública, episódios que tornaram a cidade pioneira, e a colocavam na vanguarda das cidades brasileiras, como a primeira experiência com energia elétrica

¹ A Reforma Católica Ultramontana teve início no Brasil a partir de meados do século XIX. Os reformadores se dirigiam em relação à definição da ortodoxia católica na doutrina e a reforma dos costumes morais da Igreja, a restauração da santidade e observância do celibato eclesiástico.

e sua iluminação pública, obra de Bernardo Mascarenhas inaugurada no dia 05 de setembro de 1889 (PEREIRA, 2002).

A partir de 1858 a cidade recebeu os primeiros imigrantes, que vieram auxiliar na constituição urbana, em especial na construção da Estrada União e Indústria². Havia entre os colonos, fiéis católicos e protestantes, que além do setor industrial, fortaleceram o desenvolvimento cultural da Manchester Mineira³. “Ora, a modernidade, com a aplicação da ciência à técnica, promove a industrialização, transferindo a população do campo para a cidade” (PEREIRA, 2002), conseqüentemente, os que viviam em área rural e frequentavam a Igreja por tradição cultural, agora se dispersam em outras atividades.

A presença positiva dos imigrantes composta também de italianos, portugueses, turcos, espanhóis e outros, influenciados por doutrinas europeias, vão ser alvo de reclamações por parte da Igreja. Padre Júlio Maria, por exemplo, ao dirigir-se aos operários, acusa Juiz de Fora de ser uma nova Nínive: “Quantos são os operários que nesta cidade procuram a Igreja já não digo para a confissão e comunhão, mas simplesmente para a assistência à missa? [...] Quantos são os proletários que procuram a Igreja? Pelas ruas veremos muitos; na Igreja nenhum (BEOZZO, 1981).

Em 1873, Dom Viçoso manifestava sua objeção contra o progresso. “Que progressos são estes modernos, com que tanta gente enche a boca? [...] Progressos, progressos! [...] Muitos progressistas abstêm-se destas coisas [os sacramentos] nem nelas cuidam, e se riem ao ouvir estas palavras!” (VIÇOSO, 1873). Aliado a isso, a cidade foi fundada à margem do estilo de vida barroco, sem possuir características dessa época, herdando poucas qualidades pertinentes ao catolicismo devocional das cidades mineiras barrocas.

No lugar de catedrais, fábricas. Sem a opulência do barroco, o estilo neoclássico e eclético de seus prédios e a racionalidade da arquitetura industrial, que opõe chaminés às torres devotas. Sem a marca da cultura colonial mineira, Juiz de Fora distingue-se pelo cosmopolismo – urbana, moderna. [...] Cidade de operários, imigrantes e pioneiros que, no ritmo das engrenagens dos teares,

² Maior obra da engenharia em seu tempo na América Latina, em 7 de agosto de 1852, quando Mariano Procópio Ferreira Lage idealizou a 1ª estrada macadamizada (pedras compactadas) do país, ligava a província de Minas Gerais à corte do Rio de Janeiro.

³ Alcinha dada por Rui Barbosa, comparando Juiz de Fora à cidade inglesa, referência nos aspectos industriais e culturais.

fizeram-na ingressar no progresso da nova civilização que se anunciava nas metrópoles europeias (ÁLBUM, 1996, p. 1).

Alguns historiadores acreditam que por esses e outros motivos, alguns juiz-foranos professavam de maneira diferente sua experiência religiosa, sendo pouco assíduos dos templos, pastorais e movimentos católicos. Como lembra o escritor natal Pedro Nava na obra “Baú de Ossos”, citada no livro “As Origens da Universidade de Juiz de Fora” da pesquisadora Lola Yazbeck. “Ser muito de Deus e pouco de padre. Muito de céu e pouco de igreja, muita prece e pouca missa” (apud YAZBECK, L.1999, p. 38). Em resumo, os principais ‘inimigos’ do catolicismo em Juiz de Fora eram: “[...] a falta de catequese, a instrução religiosa, os escândalos do clero, o indiferentismo religioso, a falta de militância dos católicos, acomodados e adormecidos, embalados pelo Padroado” (AHMJF apud PEREIRA, 2002, p. 68).

3. A TRAJETÓRIA DE JUSTINO JOSÉ DE SANT’ANA

Remontando a trajetória de Justino José de Sant’Ana, verificamos que seu nascimento aconteceu em Aramari⁴, distrito que antes pertencia à Alagoinhas (BA), em 12 de dezembro de 1878. Optou por seguir o sacerdócio após sua educação básica em escola Católica. Riolando Azzi (2000), nos apresenta brevemente a vida de Dom Justino e aponta que em 1898, ao completar vinte anos, o epíscopo entrou para o Seminário Arquidiocesano de Salvador (BA), ordenando-se sacerdote em 1º de novembro de 1904. Em seguida, foi nomeado vigário no município de Saúde de Jacobino, sendo depois transferido para a Paróquia de Barracão e Nazaré. Foi promovido para a freguesia da Rua dos Passos em Salvador, em 1912. Na sequência, transferido para a freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras⁵, mais tarde anexada à diocese de Ilhéus, onde atuou como pároco entre 1912 e 1924 (RIBEIRO, 2022, p. 75).

Data de 9 de fevereiro de 1912, a posse de padre Justino José de Sant’Ana, cujo relatos de jornais locais presentes na dissertação de Oslan Costa Ribeiro

⁴ Aramari foi elevada à categoria de município em 06 de setembro de 1961, se desmembrando do município de Alagoinhas, e instalado em 07 de abril de 1963.

⁵ Criada juntamente com outras freguesias do Arcebispado da Bahia por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722) em 11 de abril de 1718. Instalada à época no lugarejo por nome Poxim. Em meados do século XVIII, por força dos constantes ataques dos indígenas Pataxó foi transferida sua sede para a foz do rio Patipe onde ela se encontra atualmente. A paróquia de São Boa Ventura, pertence atualmente à Diocese de Itabuna (cf. CAMPOS, 2006, p. 238).

(2022), apresentam muitos conflitos enfrentados pelo sacerdote à frente da então freguesia, que na época se apresentava em meio a uma sociedade secularizada.

Para o pesquisador, dom Justino conseguiu “contornar a letargia que contaminava os corações mais fervorosos da cidade, em apoio para a causa de uma nova matriz” (RIBEIRO, 2022, p. 83).

[...] os fortes e inúmeros apelos e exortações, através da imprensa local, para que os católicos tomassem consciência do estado deplorável em que se achava a antiga matriz, concitando-os e convidando-os a assumir a causa da construção do novo templo. A terceira e última benção da pedra fundamental ocorreu em 06 de junho de 1912, na festa de *Corpus Christi*. [...] Em novembro do mesmo ano, padre Justino funda a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, e publica na edição nº 670, de 24/11/1912, de o “Monitor do Sul”, o estatuto que ele mesmo elaborou (MACEDO; RIBEIRO, 2014, p. 115).

Ribeiro (2022, p. 83) nos conta que ainda na antiga igreja, o então padre Justino “foi esbofeteado em plena Sexta-feira da Paixão”. Após esse fato ter chegado ao conhecimento do arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé da Silva, foi decretada a interdição canônica da antiga igreja matriz de Canavieiras por quase dois meses. Sobre o incidente de ataque ao sacerdote:

[...] foi verificado dentro da igreja cheia de fiéis, um grupo de rapazes “namoradores” que estavam fazendo parede a fim de coagir, senhoritas com as quais já havia um namorico em consenso, às escondidas dos pais das moças, obviamente, foi apontado o nome de Jachonías Bombinho entre os rapazes. Esse jovem estava acompanhando sua namorada na igreja, enquanto havia grande número de fiéis que se apertavam em filas no interior da nave, para irem venerar a imagem do Senhor Morto [...]. A sequência do relato do jornal, afirma que o tabelião Joaquim Ribeiro, pediu a Jachonías o lugar dele na fila – já que ele estava na fila por estar – para que o tabelião e sua família fossem beijar os pés da imagem do Senhor Morto, em sinal de veneração pela Sagrada Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Jachonías se irritou com isso, e o padre Justino interveio tentando acalmá-lo, pedindo com muita educação, para que ele deixasse as famílias se aproximarem do esquife do Senhor Morto, e o levando, segundo a fonte, “suavemente pelo braço o conduziu até a sacristia”. Jachonías sentiu-se humilhado e constrangido de sair assim, levado pelo braço por padre Justino na frente de sua namorada. O resultado foi que, Jachonías [...] chegando em casa de cabeça quente, voltou à antiga matriz, esperou o esvaziamento da igreja, e ficou à porta da sacristia do lado de fora da igreja, e, quando padre Justino ia saindo, Jachonías, transtornado, o surpreendeu pulando em cima do vigário ferindo seu rosto com um “banhado em

sangue o padre apenas murmura – mais soffreu Christo.” Jachonías foi pego por populares que ainda estavam aos arredores da antiga matriz, escapou deles, mas terminou preso (RIBEIRO, 2022, p. 83-84).

O relato do padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949, no livro de tombo paroquial, também comenta sobre a agressão sofrida por Justino em 1912.

Diga-se o que quiser, porém a voz do povo é a voz de Deus: depois que o Pe. Justino José de Sant’Anna foi esbofeteado dentro da Matriz no dia de sexta- feira da Paixão, indo para a Sacristia com o rosto lavado de sangue, nunca mais Canavieiras teve a satisfação de ter um vigário que se ambientasse e vivessem longos anos em seu seio (LIVRO DE TOMBO, vol. I, 1949-1960, p. 11).

Foi também na paróquia de Canavieiras que padre Justino desenvolveu o apostolado da imprensa, fundando e mantendo o periódico *A Verdade*, demonstrando, conforme Monsenhor Miguel Falabella⁶, a predileção do bispo pela comunicação (CASTRO, 2019).

Antes mesmo de lançar o próprio jornal da paróquia de São Boaventura em Canavieiras, o então padre Justino já escrevia em jornais locais, conclamando a população para a construção do novo templo e também contra o protestantismo já presente na cidade com a fundação da Igreja presbiteriana em 1906, e o início da construção de seu templo a partir de 1909.

A religião pede um altar, e o altar exige um templo; e vós, Cannavieirenses, não tendes um templo! que vergonha para nós!... A necessidade de um templo digno, em que se adore o Deus verdadeiro em Cannavieiras, se impõe de tal forma, que dispensa qualquer encarecimento. Apello pois, para vossos sentimentos de dignidade, de civismo, de religião; auxiliae ao vosso parochio em empreza tão grande! (MONITOR DO SUL, 1912, p. 2).

Para Ribeiro (2022), havia “um espírito de recalque do padre Justino com os presbiterianos”, que já estava construindo “um belo templo próprio em uma das principais vias urbanas da cidade, enquanto ele, implorava aos católicos (RIBEIRO, 2022, p. 86).

⁶ Nascido em 29 de junho de 1931, era o padre mais antigo de Juiz de Fora, único vivo da época de Dom Justino. Monsenhor Miguel Falabella, morreu às 23h30 do dia 23 de novembro de 2020, na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, em decorrência da Covid-19.

Em 1924, um dia antes de começar as novenas de São Boaventura, em 4 de julho, padre Justino ficou sabendo de que foi eleito pelo Papa Pio XI para ser o primeiro bispo da recém-criada diocese de Juiz de Fora.

4. AS AÇÕES EPISCOPAIS DE DOM JUSTINO FRENTE AOS ASPECTOS SECULARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM JUIZ DE FORA

A sagração episcopal de Dom Justino ocorreu no Convento dos Franciscanos do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1925 (AZZI, 2000), mas a instalação canônica da diocese de Juiz de Fora só ocorreu em 1º de fevereiro, com a chegada de Dom Justino (ARQUIDIOCESE, 2011).

A chegada de Dom Justino, vindo do Rio de Janeiro para Juiz de Fora é descrita por Azzi (2000)

[...] Na praça João Penido, junto à estação ferroviária, o bispo foi aclamado por uma multidão que o aguardava, recebendo em seguida as boas vindas das autoridades civis, militares e eclesiásticas. No salão nobre da Associação Comercial revestiu-se dos paramentos pontificais, seguindo em cortejo para a nova sé episcopal [...]. Espalhada pelas calçadas das ruas, a multidão atirava flores, pétalas e papel colorido. A banda militar fechava o cortejo, atrás da qual se apinhavam as pessoas, até a entrada na igreja de Santo Antônio, agora transformada em catedral. Após o ritual de posse do novo bispo diocesano [...], a sociedade local ofereceu um banquete ao bispo no salão nobre do Clube Juiz de Fora, enquanto o povo permanecia nas ruas iluminadas, e a banda militar tocava no Parque Halfeld. Realizava-se na cidade a chegada de um príncipe da igreja, digno de todo o respeito por parte do povo e das demais autoridades; era essa a imagem criada pelo evento (AZZI, 2000, p. 199).

Podemos observar o prestígio social de Dom Justino ainda quando padre em Canavieiras, na fundação da Associação das Senhoras Auxiliadoras para a construção da nova igreja matriz de São Boaventura. Faziam parte do grupo senhoras da elite e de famílias da oligarquia local (RIBEIRO, 2022).

Aspectos observados na literatura juiz-forana, nos apresentam traços do episcopado de Dom Justino, que tinha como lema: *O Senhor é a minha fortaleza*. Os impressos *O Lampadário* e *Lar Católico*, são publicações da Igreja onde encontramos várias diretrizes aplicadas pelo bispo, principalmente em relação à formação moral dos fiéis juiz-foranos. As tendências papais instruíam as ações de

diversos prelados do mundo no intento de que a Igreja estivesse mais próxima da sociedade, objetivando a recuperação de sua autoridade frente à secularização (BEOZZO, 1981).

Destacamos em nosso trabalho, mais especificamente, a criação do *Seminário Santo Antônio*, a realização do *Sínodo Diocesano* e dos *Congressos Eucarísticos Diocesanos*, principais traços do episcopado em questão (AZZI, 2000). Como terceiro traço, de relevância, apresentamos o jornal impresso *O Lampadário*.

Por imposição da Santa Sé ao estabelecer uma nova circunscrição eclesial, obrigava-se a construção de um Seminário. Assim, como o grande empreendimento da administração episcopal de Dom Justino, foi a construção do Seminário Santo Antônio, inaugurado em 1º de março de 1926. Nos moldes de outros centros de formação sacerdotal, o seminário juiz-forano se situava em um jardim fechado, o “jardim dos eleitos”. Um local sagrado, onde os integrantes escolhidos por Deus são recolhidos “para serem os seus futuros ministros; ali recebem a formação necessária sob a orientação de mestres competentes, aos quais é devida total submissão e obediência” (AZZI, 2000, p. 248).

O Seminário Santo Antônio, previsto na bula de criação da Diocese dois anos antes, conforme Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), era a “menina dos olhos de Dom Justino”, recebendo maior empenho episcopal para sua fundação e manutenção. A historiadora Beatriz Dias Miranda (1996), lembra como se dava a iniciação dos seminaristas.

Os alunos chegavam novos ainda, em torno dos 11 anos, e eram entregues por suas famílias aos cuidados dos padres formadores. [...] O que formava o padre eram as regras, o modelo, e o que formava a pessoa eram a disciplina e a piedade. Além disso, não saiam do seminário, não havia contato com o mundo exterior (CAMURÇA, 1996, p. 41).

Observamos que o espaço de formação sacerdotal tinha como finalidade, criar uma casa fechada à influência do mundo externo e controlada pelos dirigentes e professores, numa analogia aos quartéis militares onde prevalecia o clima de ordem e disciplina, como descrito em chamada publicada n’*O Lampadário*: “Os alunos não podem receber de fora, nem ter consigo livros, jornais ou revistas nem quaisquer outros objetos, sem a autorização expressa do reitor. A correspondência epistolar, ativa e passiva, é fiscalizada pela reitoria” (O LAMPADÁRIO, 1926).

Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), crismado por Dom Justino e único sacerdote vivo até 2020, se ordenou em 1954 pela imposição do bispo. Falabella recorda que aos nove anos ao saber que tinha ficado órfão de mãe, e que estava prestes a entrar na Congregação de Dom Orione, propôs a seu pai que fosse para o Seminário Santo Antônio. Questionado pelo pai, em relação a uma bolsa para Falabella entrar no Seminário, Dom Justino respondeu prontamente: “Está concedida”, recordou Monsenhor, afirmando que o epíscopo marcou sua vida (CASTRO, 2019).

Quanto à realização do primeiro *Sínodo Diocesano* e dos *Congressos Eucarísticos*, notamos a forte abrangência de tais eventos promovidos por Dom Justino. Para a pesquisadora em educação Vanessa Barbosa Leite Ferreira (2010), a realização de Congressos pelo país, se explica pelo fato de que depois do advento da República, a Igreja sentiu-se traída e excluída em relação de igualdade com as outras denominações religiosas (FERREIRA, 2010, p. 62).

No Sínodo Diocesano de 1950, por exemplo, o documento sinodal alertava entre vários temas, à educação católica, a relação entre clérigos com o sexo feminino, e as outras denominações religiosas. Em analogia aos padres e as mulheres, observamos:

Abstenham-se os clérigos de manter mulheres quaisquer familiaridades, ainda que justificadas por motivos legítimos, como ensino de canto, escrituração paroquial, arranjo de igrejas e outros maximamente, se sacerdotes, em se tratando de suas penitentes ou dirigentes espirituais.

[...] Quando viajarem, não conduzam senhoras em sua companhia, exceto sua mãe, suas irmãs reconhecidas como tais, por onde houverem de passar⁷.

Em relação às outras denominações, em especial às evangélicas, Dom Justino pedia aos sacerdotes, no *Documento Sinodal*, que educassem seus fiéis para que os mesmos evitassem participar de qualquer ocasião em que estivessem os protestantes.

Os pastores da alma alertem os fiéis e os imunizem contra a atividade aberta ou disfarçada dos agentes das seitas protestantes disseminadas nesta Diocese, maximamente dos metodistas, dos batistas, dos adventistas, dos testemunhas de Jeová, da Assembléia

⁷ Sínodo Diocesano – 1950 – Art. 21-24.

de Deus e da igreja nacional brasileira, os quais dispõem ampla e insidiosa propaganda em todo o país⁸.

Sabemos por Azzi (2000) que Dom Justino, que havia participado do *Congresso Eucarístico Nacional*, realizado em Salvador (BA), em 1933, convidava os fiéis juiz-foranos a acompanharem a manifestação de fé no evento baiano. Assim também o fez para o congresso realizado em Belo Horizonte (MG), em 1936.

Com intuito de preparar os católicos de Juiz de Fora para o terceiro encontro nacional realizado em 1939, na cidade de Recife (PE), Dom Justino organizou de 14 a 18 de junho de 1939, o *Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano*, com apoio de autoridades civis e militares.

Essa união significava respeito e amor à pátria e à Igreja Católica, como demonstrado no hino do congresso, da autoria de Lindolfo Gomes (AZZI, 2000): “Não temos o humano respeito / o Brasil veneramos e o Altar / Que o Brasil tem a Cristo no peito / Jamais dele se quer separar”.

A realização dos *Congressos Eucarísticos Diocesanos*, mobilizou milhares de fiéis da cidade, demonstrando mais uma vez a autoridade e penetração das convocações episcopais feitas por Dom Justino. O primeiro *Congresso* foi realizado entre os dias 14 e 18 de junho de 1939. As solenidades públicas aconteceram na praça de desportos, cedida pelo Alto Comando da Quarta Região Militar, contígua à praça Doutor Antônio Carlos. Segundo Azzi (2000), “a celebração do congresso devia colocar em evidência para a população e as autoridades de Juiz de Fora a presença e a força da instituição católica dentro da vida social” (AZZI, 2000, p. 310).

Verificamos na obra do Cônego Maximiliano de Oliveira (1976, p. 106), o trecho da carta pastoral de Dom Justino que apresenta a logomarca e o convite à sociedade juiz-forana para o *Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano*, a que Dom Justino se refere como evento “eminente social”.

No dia 1º de maio em que todo mundo comemora a festa do trabalho, tivemos o prazer de falar da participação de todos os trabalhadores nesta assembléia eminentemente social, que é o Congresso Eucarístico. O Congresso Eucarístico vai realizar-se na cidade do trabalho. Juiz de Fora, o orgulho de possuir este título: ‘cidade do trabalho e da instrução’ (OLIVEIRA, 1976, p.106-108).

⁸ Sínodo Diocesano – 1950 – Art. 178-179.

No dia 27 de maio de 1950, por ocasião das solenidades do centenário de Juiz de Fora, realizou-se o *Segundo Congresso Eucarístico* que se encerrou no dia 31, data de comemoração do aniversário da cidade.

Segundo Azzi (2000), o evento era mais uma tentativa de evidenciar a presença da Igreja Católica na sociedade juiz-forana através de grandes rituais religiosos em espaços públicos. Dom Justino julgava-se no dever e no direito de participar ativamente nas comemorações centenárias, daí tomava iniciativas próprias (AZZI, 2000, p. 311).

Esse Congresso representou o mais significativo momento da influência da Igreja Católica, que acreditava ser dela a responsabilidade de conduzir a cidade ao verdadeiro progresso, como enfatizado no trecho do hino, composto por J.C.B: “Juiz de Fora! Que as tuas vitórias / Se conquistem à sombra da cruz! E te seja a mais pura das glórias / Conservar tua fé em Jesus!” (AZZI, 2000, p. 312).

Além da imprensa católica, a imprensa laica divulgou a grande manifestação de católicos no Congresso. No jornal *Diário Mercantil* (1950), encontramos a referência ao Congresso na matéria *A Igreja no Centenário de Juiz de Fora*.

Dentre as numerosas solenidades com que se comemoram o nosso centenário, não se podem ter passado despercebidas as solenidades do segundo Congresso Eucarístico Diocesano, um espetáculo de fé cristã, que marcou indelevelmente o importante papel desempenhado pela Igreja Católica no nosso meio (DIÁRIO MERCANTIL, 1950).

Segundo Azzi (2000, p. 308), as manifestações públicas demonstravam a força da Instituição através da participação de um grande número de fiéis; reafirmava a hegemonia da fé católica marginalizando as outras denominações religiosas; demonstrava a força política vinculada na numerosa aglomeração, advertindo ao governo nacional que deveria ajustar suas ações sob a orientação da doutrina católica; e mostravam que o país deveria se transformar num território verdadeiramente cristão (AZZI, 2000).

Em relação ao jornal *O Lampadário*, veículo da *boa imprensa*, incentivava seus leitores a apoiarem os periódicos voltados à divulgação dos ideais católicos. Nesse sentido,

[...] o gerente Antenor Mota fazia um apelo para que os católicos amparassem a “boa imprensa”. Por seu turno, o publicista Onofre de Andrade também declarava: “nós católicos nos descuidamos, às

vezes, do dever de auxiliar a imprensa para que defenda as nossas ideias (AZZI, 2000, p. 283).

Conforme Azzi (2000), como as diretrizes para a vida moral e social do país eram marcadas pela Igreja, era necessário que as pessoas também tivessem o conhecimento sobre o que acontecia dentro da instituição, ou seja, era necessário também entender o funcionamento da Igreja.

Já na primeira edição do impresso, em 1º de março de 1926, verificamos seu objetivo de circulação e sua oposição em relação à publicação de matérias polêmicas que, conforme o editorial, “[...] arruinam e matam, promovendo o mal e não o bem da sociedade que desejamos acima de tudo” (O LAMPADÁRIO, 1926, p. 1). Assim, o periódico se dispunha a

E, assim, respigando aqui e acolá, nos livros, nos jornais, na vida comum, um exemplo, uma lição, um conselho, um aviso, uma ideia luminosa. *O Lampadário* irá levando a todos aos naufragos do mundo, batido das tempestades do século, o porto feliz a posse tranquila da suprema bem aventurança (O LAMPADÁRIO, 1926, p.1).

O subtítulo *Pro Deo et Patria*, traduzido para o português: *Por Deus e pela Pátria*, reforçava uma conotação apologética do jornal, “[...] em defesa da doutrina e da organização católica, em fase de afirmação no país” (AZZI, 2000, p. 283). Este emblema, na verdade, juntamente com a opinião do redator chefe, Glicério Lino de Sant’Ana, resumia o que era publicado n’*O Lampadário*, que recebia pouca colaboração das lideranças católicas da cidade. Preocuparam-se em construir um discurso em nome de Deus e em defesa da pátria, dirigindo-se à legitimação e dando ao público leitor a ideia de aliança entre Igreja e governo.

Embora recebesse notícias vindas das paróquias e de seus sacerdotes, assim como de outros periódicos religiosos da época, *O Lampadário* se pautava pela opinião do editor, definida como o julgamento que se fazia “sobre determinado problema ou questão o grupo de elite” (BELTRÃO, 1980, p. 19) que mantinha o veículo, neste caso, a Igreja Católica.

O Lampadário era publicado semanalmente, em quatro páginas de formato pequeno, contudo, a partir de 28 de agosto de 1927, passou a ser impresso em tamanho tabloide (AZZI, 2000, p. 284). Compunham o jornal artigos: não assinados, sob a responsabilidade do corpo editorial, assinados e alguns pagos. O impresso

vendido por meio de assinaturas era composto, em suas edições pesquisadas, por colunas especialmente de cunho eclesial, mas também por matérias e artigos relacionados à cidade, ao estado, ao país e às outras nações, além de mensagens religiosas e do evangelho da semana.

Nas edições cinquenta e cinquenta e três, encontramos novamente a foto do bispo de Juiz de Fora. A manchete da primeira era intitulada *O anjo da Diocese de Juiz de Fora* e apresentava o primeiro ano do episcopado de Dom Justino, já a segunda capa, fazia referência ao ano inicial de circulação d'*O Lampadário*, fundado pelo bispo.

É também a partir de janeiro de 1927 que o jornal passa a publicar publicidades e colunas de temas que mais interessavam à Igreja, em relação a sua orientação e regulação social. As colunas eram: *Notas e Notícias, Perseguição religiosa no México, A moda, Senhorita: A moda, Imperialismo e Protestantismo, Evangelho, Pelo Ensino Religioso*, a nota *O Seminário e Governo Diocesano*, esta última apresentando notícias internas da Igreja, referentes à Cúria Metropolitana e ao Clero local.

Notamos a preocupação editorial em relação ao sexo feminino a partir das duas colunas destinadas ao enquadramento das mulheres na sociedade. O Ensino Religioso e o protestantismo, presentes em colunas específicas do periódico representa outra apreensão da Igreja, levando-nos a constatar os assuntos mais visados pelo jornal.

Em janeiro de 1956, com a autorização episcopal, a direção d'*O Lampadário* foi entregue a Federação das Congregações Marianas, e logo após a morte de Dom Justino, o segundo bispo local, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido cogitou a possibilidade de troca do nome do impresso.

apesar de que em 1958, o bispo Geraldo Maria, que já havia assumido a diocese após a morte de Dom Justino, escreveu uma matéria mostrando que era do desejo de muitos leitores que o jornal mudasse de nome. O argumento era que o nome em vigor era dotado de pouca expressividade e não possuía grande aceitação, então, apesar dos leitores reconhecerem o valor do jornal e de seu fundador, consideravam que a mudança de nome conduziria o jornal a uma nova fase, mais madura, de modo a mostrar maior adaptação aos tempos (SAMPAIO, 2007, p. 41).

O Lampadário foi extinto em 05 de janeiro de 1969, pela Comissão de

Administração da Arquidiocese, quando se transformou em boletim do jornal *O Lar Catholico*, até 1973 (ARQUIDIOCESE, 2020).

Sampaio (2007), acredita que Dom Justino representou um período de fortalecimento da Igreja em Juiz de Fora

Durante o seu governo houve um fortalecimento entre a igreja e o poder político bem como se deu uma maior aproximação entre o clero e o exército. Através da atuação do laicato, a Igreja ganhou maior visibilidade na vida social de Juiz de Fora. No que tange a valorização da moral, a defesa dos valores tradicionais foi mantida pela hierarquia eclesiástica, que buscou impedir grandes mudanças no “código ético” que eram incentivadas por aqueles que defendiam os valores modernos. Outra marca de sua atuação foi a organização de congressos eucarísticos diocesanos, em 1939 e em 1950, que se tornaram uma forma de demonstrar a força da Igreja em Juiz de Fora, [...] especialmente o de 1950, feito para coincidir com as comemorações do centenário da cidade (SAMPAIO, 2007, p. 32-33).

Já Castro (2019) nos afirma que Dom Justino “foi um Bispo muito presente, muito presente... Ele não passava um domingo sem ir a uma paróquia. Não ficava só na Catedral não. Eu diria, parece que ele antecedeu Papa Francisco, a igreja em saída” (CASTRO, 2019).

Em 09 de julho de 1958, os veículos de comunicação noticiaram a morte de Dom Justino José de Sant’Ana, vítima de um colapso cardíaco, três meses antes do falecimento do Papa Pio XII. Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), no entanto, acredita que o bispo morreu em decorrência das complicações de um câncer intestinal, que na época não era noticiado e não havia de tratamento “avançado” como nos dias de hoje. Dom Justino é o único cujos restos mortais estão na Capela da Ressurreição da Catedral Metropolitana. Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), acrescenta que Dom Justino “foi um Bispo muito presente, muito presente... Ele não passava um domingo sem ir a uma paróquia. Não ficava só na Catedral não”. Eu diria, parece que ele antecedeu Papa Francisco a igreja em saída (FALABELLA, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que o episcopado de Dom Justino significou para cidade um avanço do catolicismo e sua presença junto a sociedade local, através da fundação do Seminário, da comunicação social através da imprensa e da sua presença como Bispo.

Se nos basearmos apenas na abordagem sob a religião como fato eminentemente social, vamos notar que nossa análise pode cair no reducionismo, por isso, sem nos esgotarmos no tema, apresentamos apenas uma das possibilidades de análise do episcopado de Dom Justino, como exemplo de outros no país, de fundamental importância para a reaproximação da Igreja com a sociedade.

Tentamos demonstrar que Juiz de Fora, mesmo atraída por ideias cosmopolitas, com avanços industriais e culturais, sempre manteve sua mentalidade conservadora, permeada por traços do catolicismo, que até os dias atuais mantém raízes na cidade e muitas vezes dificulta seu crescimento.

Inicialmente propomos utilizar o termo “restauração”, para qualificar o primeiro bispado da cidade, entretanto, vimos no meio de nossa pesquisa que Dom Justino seria um Bispo entre a o período de Romanização e Restauração, já que carregava muito das ideias romanizadoras. Achamos que nossa pesquisa nos coloca em diálogo com outras análises, para que talvez, mais adiante se possa chegar a um consenso sobre a real influência da Igreja Católica em Juiz de Fora na primeira metade do século XX.

Referências

ÁLBUM Juiz de Fora em 2 Tempos. Juiz de Fora, Esdeva Empresa Gráfica, 1996.

ARQUIDIOCESE de Juiz de Fora. **Juiz de Fora: nossa História é de fé, nossa igreja tem arte.** Dos Primórdios ao Jubileu áureo da Arquidiocese. Juiz de Fora, 2011.

AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal:** A Igreja católica em Juiz de Fora (1850-1950). Juiz de Fora, Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BEOZZO, José Oscar. **Pe. Júlio Maria.** In: História da Teologia na América Latina. São Paulo, Ed. Paulinas, 1981, p. 118.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado.** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **A dessecularização do mundo:** uma visão global. *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.

_____. **Os múltiplos altares da modernidade.** Rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “Juramento de fidelidade à Igreja”: controle do rebanho face às ameaças do “lobo voraz” espírita! In: Miranda, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado. **Memórias eclesiais:**

Documentos Comentados. Juiz de Fora: centro de Memória de Igreja de Juiz de Fora.

CASTRO, Miguel Falabella de. Entrevista concedida à Rosiléa Archanjo de Almeida. Para a Dissertação. Juiz de Fora. 2019.

DIÁRIO Mercantil, Ano XXXIX, nº 11270, 28 de maio de 1950.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo, Paulinas, 1989.

LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS (DIOCESE DE ILHÉUS, BAHIA), Vol. 1, 1949 – 1960.

MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. **Debates do NER**, vol 1, nº 32, 2018 (no prelo).

_____. MONTERO, Paula. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. **Religião e Sociedade**, vol. 32/1, 2012.

OLIVEIRA, F. Max de. **Sinais da igreja no Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1976. Vol II.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e reforma católica ultramontana da igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000142.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2018.

RIBEIRO, Oslan Costa. **A elite eclesiástica através da imprensa: reivindicações da Igreja diante do movimento do progresso urbano e da secularização na cidade de Canavieiras – Bahia (1903-1913)**. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/24986/1/OSLAN%20COSTA%20RIBEIRO%20%e2%80%93%20DISSERTA%20%28PPGH%29%202022.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

RIBEIRO, Oslan Costa; MACEDO, Janete Ruiz de. Padre Justino José de Sant’Anna e a construção da nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1912-1924). In: **XXV Ciclo de Estudos Históricos: Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia**. CADERNO DE RESUMOS. Ilhéus-BA: UESC/DFCH, 10 a 12 de novembro de 2014. 205 p.

SAMPAIO, Dilaine Soares. **De fora do terreiro: o discurso católico e kardecista sobre a umbanda entre 1940 e 1965**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora (MG), 2007, 225 p.

VIÇOSO, Antônio Ferreira. **Pastoral**. Mariana, 01/08/1873, p. 2.

YAZBECK, Lola. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.